

Diogo Ferrer
Coordenação



étodo
e Métodos
do Pensamento Filosófico

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: <http://www.imp.uc.pt>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO

Victor Hugo Fernandes

EXECUÇÃO GRÁFICA

Inova – Artes gráficas

ISBN

989-8074-02-7

DEPÓSITO LEGAL

257236 /07

© Março 2007, Imprensa da Universidade de Coimbra

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Diogo Ferrer
Coordenação



étodo
e Métodos
do Pensamento Filosófico

Henrique Jales Ribeiro
Universidade de Coimbra

NÃO HÁ MÉTODO NEM MÉTODOS DA FILOSOFIA ANALÍTICA:

NÃO HÁ «FILOSOFIA ANALÍTICA»⁽¹⁾

Pode acontecer que acabemos por responder à questão «Terá a filosofia chegado ao fim?» com um rotundo «Sim», e venhamos a considerar que uma cultura pós-filosófica é tão possível e desejável como, precisamente, uma cultura pós-religiosa. (...) O nosso desejo de uma *Weltanschauung* seria então satisfeito pelas artes, pelas ciências, ou por ambas.

Richard Rorty, *A Viragem Linguística*.⁽²⁾

Nota introdutória

Gostaria de introduzir brevemente o tema da minha comunicação, dizendo, algo provocadoramente, que a tese fundamental a desenvolver e justificar na mesma é que não há qualquer método (ou métodos) característico(s) do que se supõe constituir a «filosofia analítica», porque, de facto, *esta não existe, substantivamente, enquanto modo de pensar e de filosofar essencialmente distinto do de outras supostas tradições filosóficas*, como a chamada

(1) Este trabalho constitui uma *revisão* e, em alguns pontos, mesmo *reformulação*, de uma comunicação (com o título «Não há método da filosofia analítica») apresentada no Colóquio «Método e Métodos do Pensamento Filosófico», realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 26 e 27 de Abril de 2006.

(2) Rorty, R. (Ed.), *The Linguistic Turn: Recent Essays in Philosophical Method*, Chicago and London: The University of Chicago Press, 1975, p. 35.

«tradição continental», ou da filosofia de modo geral. Em ordem a ser tão preciso quanto o possível por agora, acrescentarei que, se é verdade que não há uma realidade que poderíamos designar por «filosofia analítica» nem um método ou métodos próprios dessa filosofia, também o é, em parte pelas mesmas razões, que não existe qualquer coisa a que possamos chamar «filosofia continental» com um método ou métodos que lhe seriam inerentes. Mais adiante, deste ponto de vista, sugerirei, na linha das minhas investigações anteriores, que *a existência desta última filosofia foi um mito introduzido na filosofia contemporânea, particularmente na última metade do século XX, pelos defensores da existência da primeira.*⁽³⁾ Não ignoro, é claro, que, quer no passado quer actualmente muitos filósofos na Europa e no Ocidente no seu conjunto, em sentido oposto àquele que aqui vai ser argumentado, nos falam de «filosofia analítica» e de «método da filosofia analítica» *in re*, como se tais entidades se opusessem a outras próprias da dita «filosofia continental». Esse facto não é completamente irrelevante para a defesa da minha tese, uma vez que procurarei argumentar que grande parte da legitimidade da pretensa «filosofia analítica», em especial no passado ou na história da filosofia, é de *natureza ideológica*, assentando sobretudo em *razões sociológicas de cariz institucional*. Mas, filosoficamente falando (no sentido próprio da expressão), é descipiendo. A «filosofia analítica» e a «filosofia continental» existirão tanto, em certa medida, como, para Quine, existirão o cavalo de Pégaso ou os deuses do Olimpo da mitologia grega; com a enorme vantagem de que podem ser indiscutivelmente mais úteis para nós hoje em dia, desse ponto de vista ideológico-institucional a que aludi, do que essas hipotéticas entidades.⁽⁴⁾ Nesta perspectiva, que aqui

(3) Veja-se Ribeiro, Henrique, *Para compreender a História da Filosofia Analítica*, Coimbra: MinervaCoimbra, 2001, pp. 45 e ss..

(4) Veja-se Quine, W. V. O., «On What There Is», in *From a Logical Point of View: Logico-Philosophical Essays*, Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1994, pp. 1-19. A perspectiva de Quine, nesse trabalho, a respeito da legitimidade eventual das entidades mitológicas em geral para a teoria da ciência, é pragmática, e não, evidentemente, ideológico-institucional: se, neste ou naquele caso, forem úteis cientificamente para a nossa compreensão do mundo ou da realidade, não há nenhuma verdadeira razão para que não sejam incorporadas

desenvolverei, podemos seguramente falar da existência enquanto tal de uma filosofia propriamente analítica, que importará distinguir, em certa medida, da continental.

1. A «filosofia analítica» como *constructo* histórico-filosófico

Tenho vindo a argumentar, nestes últimos anos, que a realidade que é suposto constituir a chamada «filosofia analítica» é um *constructo* histórico e filosófico elaborado até aos nossos dias sobretudo desde os anos sessenta até meados dos oitenta do século XX.⁽⁵⁾ Esse período, de aproximadamente um quarto de século, corresponde a uma primeira etapa fundamental, francamente auspiciosa, de reposicionamento e aparente consolidação do movimento analítico na história da filosofia, e antecede um outro, que ainda está na ordem do dia, em que a filosofia analítica (em especial, a historiografia produzida no seu âmbito) adquiriu a necessária consciência histórica de si mesma e *veio a compreender, finalmente, que nada de verdadeiramente essencial a distinguia da filosofia continental. É tendo em vista este último período que, na introdução a este trabalho, apresentei a tese (só à primeira vista surpreendente ou paradoxal) de que a filosofia analítica, tal como a filosofia continental, não existem e que, portanto, não há método ou métodos característicos de tais filosofias.*

por essa teoria. Como ele próprio diz, «The higher myth is a good and useful one (...) in so far as it simplifies our account of physics.» Veja-se *Idem, ibidem*, pp. 15 e ss..

(5) Para além do trabalho já citado, veja-se Ribeiro, H., «Locke, a tradição do empirismo britânico e a filosofia analítica», in *Actas do Colóquio Internacional 'A Herança de Locke' (Proceedings of the International Congress 'Locke's Legacy')*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 39-59; *Idem*, «Rejeição versus aceitação de Kant na filosofia analítica contemporânea», in *Revista Filosófica de Coimbra*, n.º 26, 2004, pp. 393-409; *Idem*, «Kant, os começos da filosofia analítica e o 'Wiener Kreis'», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo 61, 3-4, 2005, pp. 883-899; *Idem*, «Russell versus Quine: Sobre as origens filosóficas do conceito de epistemologia naturalizada», in *Actas do 2.º Encontro Nacional de Filosofia Analítica (Proceedings of the 2nd National Meeting for Analytic Philosophy)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 378-378.

É frequentemente esquecido que, embora a expressão «filosofia da análise» seja relativamente corrente na historiografia filosófica desde o Russell do primeiro quartel do século e o positivismo lógico vienense (nos anos trinta),⁽⁶⁾ a expressão «filosofia analítica» (e, com ela, a de «história da filosofia analítica») só começou a ser de uso geral justamente a partir dos anos sessenta do século passado.⁽⁷⁾ Georg von Wright, inicialmente, e, há alguns anos atrás, Peter Hacker, não deixaram de assinalar o facto.⁽⁸⁾ Na realidade, só começam a aparecer «histórias da filosofia analítica», com tudo o que elas implicam, depois dessa altura. E tal aconteceu porque só a partir daí o movimento analítico, *pela primeira vez na história da filosofia ocidental*, se começou a pensar a si mesmo como (i) um movimento histórica e filosoficamente integrado, que possuiria (ii) uma origem e fundações características, bem como (iii) um destino ou um programa de desenvolvimento próprio (não, como veremos, necessariamente um método). Estes três aspectos concorreram solidariamente para o aparecimento, *depois dessa altura que mencionei e (insisto) não antes*, do que chamamos hoje em dia, por vezes quase irreflectidamente, «filosofia analítica».

(6) Russell emprega ocasionalmente as expressões «análise» e «filosofia da análise», em sentido técnico, particularmente depois da sua familiarização com a filosofia de Wittgenstein. Nos anos vinte, dois dos seus mais importantes livros apelam para a ideia de análise (*The Analysis of Mind*, em 1921, e *The Analysis of Matter*, em 1927). Mas *ele recusar-se-ia a conceber a análise como um método filosófico propriamente dito*. Em 1924 dirá, neste sentido: «The first characteristic of the new philosophy is that it abandons the claim to a special philosophical method or a special branch of knowledge to be obtained by it means.» (Russell, B., «Philosophy in the Twentieth-Century», in *Essays on Language, Mind and Matter: 1919-1926*, The Collected Papers of Bertrand Russell, London: Unwin Hyman, vol. 9, 1988, p. 460)

(7) Um dos autores que mais contribuiu para a sua divulgação, desde os finais dos anos quarenta, foi Pap, A., *Elements of Analytic Philosophy* (New York: MacMillan, 1949) e *Analytische Erkenntnistheorie* (Viena: Springer Verlag, 1955). A partir dos anos sessenta, começa a aparecer-nos em diversas antologias, como, por exemplo, Butler, R. (Ed.), *Analytic Philosophy* (Oxford: Blackwell, 1962), e a ser utilizada sistematicamente no sentido técnico do conceito, em que aparece em clara oposição à dita «filosofia continental». Deste último ponto de vista, veja-se especialmente Ammerman, R. R. (Ed.), *Classics of Analytic Philosophy*, New York: McGraw-Hill, 1965.

(8) Veja-se Wright, G. V., «Analytic Philosophy: A Histórico-Critical Survey», in *The Tree of Knowledge and Other Essays*, Leiden, 1993, pp. 41 e ss.; e Hacker, P. M. S., *Wittgenstein's Place in Twentieth-century Analytic Philosophy*, London: Blackwell, 1996, nota 2.

Pondo de lado, por agora, a questão das origens ou fundações da filosofia analítica, constituir um «movimento histórica e filosoficamente integrado» significou para essa filosofia, basicamente, conseguir agrupar sob a mesma bandeira as diferentes escolas e correntes de pensamento que, até aí, espartilhavam e dividiam de forma inamistosa o movimento analítico de modo geral, em especial, o positivismo lógico (tanto na sua versão vienense como na versão inglesa e na propriamente americana, que se lhe seguiram), a chamada «filosofia inglesa da linguagem corrente» («English ordinary language philosophy»),⁽⁹⁾ e o que M. Dummett virá a chamar, nos anos setenta, a «escola americana» (Quine, Putnam, Davidson e outros).⁽¹⁰⁾ Esse agrupamento foi um facto histórico sem precedentes e da maior importância para a filosofia contemporânea, e significou basicamente, como Dummett mostrou e a historiografia analítica veio a comprovar posteriormente, pôr a teoria da significação na ordem do dia da agenda filosófica.⁽¹¹⁾ Até aí, de facto, *os vários sectores da filosofia analítica jamais se tinham pensado em conjunto como agentes de um mesmo projecto ou programa colectivo, e, sobretudo, como tendo uma história mais ou menos comum, que ocuparia um lugar especial e privilegiado no próprio contexto da história da filosofia ocidental desde a Grécia antiga.* (De onde decorre, no que concerne à questão da existência de um método da filosofia analítica em geral, que essa questão não se chegava sequer a colocar.) Pelo contrário, apesar de existir um vago sentimento de identificação com um certo espírito da actividade filosófica, que passava essencialmente pela lógica e pela ideia

(9) No âmbito da dita filosofia inglesa importaria ainda distinguir várias correntes, contrastantes entre si, como é o caso da «Oxford philosophy» e da «Cambridge philosophy». Veja-se um mapa histórico dessa filosofia em Urmson, J., «Histoire de l'analyse», in *La philosophie analytique*, Paris: Les Éditions de Minuit, 1962, pp. 11-39; e, mais geralmente, *Idem, Philosophical Analysis: Its Development Between the Two World Wars*, Oxford: Clarendon Press, 1956.

(10) Dummett, M., «Can analytical philosophy be systematic, and ought it to be?», in *Truth and Other Enigmas*, Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1978, pp. 445 e ss..

(11) «Pôr a teoria da significação na ordem do dia da agenda filosófica», implicava, para Dummett, contra uma vasta tradição anterior na matéria (de Russell ao positivismo lógico vienense), reposicionar essa teoria em termos não epistemológicos, como saudavelmente acontecia em certa medida, na sua perspectiva, com as filosofias de Quine e de Putnam. Veja-se Dummett, M., *Frege Philosophy of Language*, London: Duckworth, 1981, pp. 372 e ss..

de análise da linguagem, eram as diferenças e divergências entre eles que primavam, sobretudo, como nos diz Rorty na sua introdução a *A Viragem Linguística*, no que diz respeito ao papel da epistemologia para a filosofia da linguagem.⁽¹²⁾ Isso era particularmente óbvio quanto, por exemplo, às relações, por vezes quase hostis, entre o positivismo lógico (em qualquer das suas versões) e a filosofia inglesa da linguagem corrente.⁽¹³⁾

O aparecimento da filosofia analítica como um movimento histórica e filosoficamente integrado, *só foi possível quando este se começou a pensar a si mesmo na história da filosofia, e, em particular, quando colocou o problema de saber quais seriam aí as suas origens e fundações*. É justamente por esta via que surge originalmente o mito da existência de uma «filosofia continental», a qual seria essencialmente distinta da própria filosofia analítica. Até aos anos sessenta do século passado cada uma das escolas analíticas concebia o problema das suas próprias origens históricas isoladamente das outras e, por vezes, em termos bem distintos e divergentes delas. Como mostrei noutra lado, embora alguns autores da filosofia inglesa da linguagem corrente admitissem a influência do paradigma da chamada «tradição do empirismo britânico em filosofia», a exemplo do positivismo lógico (e, em particular, o vienense),⁽¹⁴⁾ a maioria procedia mesmo a uma denegação das origens e fundações histórico-filosóficas das respectivas concepções, —⁽¹⁵⁾ o que levou alguns comentadores, precipitadamente, a identificarem a filosofia analítica no seu conjunto com uma visão anistórica de si própria.⁽¹⁶⁾ A «viragem histórica» por parte da filosofia analítica, como lhe

(12) Rorty, R., *op. cit.*, p. 39.

(13) Dummett, M., *Truth and Other Enigmas*, p. 437: «The enemy was (...) Carnap: he it was who was seen in Ryle's Oxford as the embodiment of philosophical error, above all, as the exponent of a false philosophical methodology».

(14) Veja-se Ribeiro, H., «Locke, a tradição do empirismo britânico e a filosofia analítica», in *Actas do Colóquio Internacional 'A Herança de Locke'*, pp. 46-48.

(15) Veja-se *idem*, *Para compreender a história da filosofia analítica*, cap. 3, pp. 45 e ss..

(16) Trata-se de uma constatação generalizada, a partir dos anos setenta e praticamente até aos nossos dias, fora e dentro da tradição analítica em filosofia. Veja-se, por exemplo, Fain, H., *Between Philosophy and History. The Resurrection of Speculative Philosophy of History*

poderíamos chamar parafraseando o célebre livro de Rorty,⁽¹⁷⁾ implicou o surgimento de todo um arsenal conceptual inteiramente novo, de natureza meta-histórica e meta-filosófica, no que diz respeito à representação das suas origens e fundações. Muito especialmente, implicou a representação do que poderíamos chamar uma «proto-história», quer dizer, de um período mais ou menos ideal das suas fundações histórico-filosóficas, com Frege e, sobretudo, com Russell (o qual, em certas versões, desenvolveria o legado da suposta «tradição do empirismo britânico em filosofia».)⁽¹⁸⁾ Para algumas dessas proto-histórias, como a de Dummett nos anos setenta, esse período conteria em germe quer a norma do desenvolvimento da verdadeira prática analítica até ao presente (através de Frege), quer as razões da contaminação desta por uma prática espúria e alheia (através de Russell), que teria as suas origens, no fundo, no espírito da própria filosofia continental.⁽¹⁹⁾ No cerne da distinção entre os dois tipos de prática, que, no fundo, corresponderia a uma clara dissociação entre as filosofias dos dois grandes autores referidos e das respectivas influências na história da filosofia analítica, está segundo Dummett, como se sugeriu mais acima a outro respeito, o relevo da teoria da significação para a filosofia da linguagem e, em particular, a importância da epistemologia nesse âmbito, que a primeira rejeitaria e a segunda cultivaria mais ou menos abertamente.⁽²⁰⁾

Within the Analytic Tradition, New Jersey: Princeton University Press, 1970; e Katz, J., *The Metaphysics of Meaning*, Cambridge-Massachusetts: The MIT Press, 1990.

(17) Note-se que muitos comentadores, ainda recentemente, continuam a identificar a filosofia analítica com uma visão anistórica de si mesma, não reconhecendo essa «viragem histórica» de que falamos. Veja-se Engel, P., «La philosophie analytique doit-elle prendre un 'tournant historique' ?», in Vienne, Jean-Michel, *Philosophie analytique et histoire de la philosophie*, Paris: Vrin, 1997, pp. 153-165.

(18) Veja-se Strawson, P., *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy*, Oxford: Oxford University Press, 1992, chap. 1, pp. 1-16.

(19) Veja-se Dummett, M., *Frege Philosophy of Language*, chap. 19 («Frege's Place in the History of Philosophy»), pp. 665-684. Aí se observa: «(...) Russell was to a considerable extent still under the influence of the ancient tradition, in which epistemological considerations are primary.» (p. 679).

(20) Veja-se *Idem, ibidem*, pp. 667 e ss..

À luz do que temos vindo a dizer e a sugerir, a posse de um programa e de um destino comum, para a filosofia analítica, era um facto enraizado na sua própria tradição, que, embora mais curta do que a da filosofia continental, nem por isso era menos sólida e poderosa. Não era apenas, pois, uma questão teórica de escolha deste ou daquele método. (Na verdade, *dado o papel desempenhado na matéria pelo conceito de tradição, a problemática do método, em si mesma, nunca teve grande relevo para a filosofia analítica.*) Os filósofos analíticos dos anos sessenta e setenta do século passado viam-se a si próprios como parte de uma vasta tradição, histórica e filosoficamente sedimentada, que cumpria continuar e desenvolver. De onde, mais uma vez a importância fundamental do paradigma da «tradição do empirismo britânico em filosofia», que, ocasionalmente, se estendia à própria filosofia medieval e moderna na Grã-Bretanha.⁽²¹⁾ O ponto nuclear do programa analítico em filosofia passava por centrar a filosofia de modo geral na lógica e na filosofia da linguagem e por pô-las ao serviço da eliminação da metafísica (não, como veremos, necessariamente da epistemologia) ou, pelo menos, da eliminação do papel tradicional que ela desempenhava para a filosofia continental, e por uma concepção pragmática e esclarecida do mundo, susceptível de desenvolvimento e assente no contributo fundamental dado pela ciência. Em consequência, a filosofia analítica seria essencialmente colegial e cooperativa, a exemplo do que era suposto ocorrer na própria ciência e em contraste com o individualismo característico da filosofia continental; seria prática, ensaísta e conjectural, ao contrário da natureza eminentemente teórica e dogmática desta última; e seria iterativa e particularista, quer dizer, vocacionada para a investigação e análise de problemas específicos e concretos, tal como o homem de ciência, em vez de se ocupar com as abstracções e generalizações características da filosofia do continente. É assim que Quine, dos anos cinquenta do século XX em diante,

(21) Veja-se, deste ponto de vista, Flew, A., *An Introduction to Western Philosophy*, London: Thames and Hudson, 1971.

nos apresenta o retrato do verdadeiro filósofo na sua própria filosofia, em grande parte, vale a pena dizê-lo, na sequência de Russell e, em especial, do Russell da filosofia do atomismo lógico em diante.⁽²²⁾

127

2. Não há «filosofia analítica» como modo essencialmente distinto do pensamento filosófico

Que a filosofia analítica tenha sido essencialmente um *constructo*, não uma realidade qualquer subsistente *per se* que se poderia hipostasiar tendo em vista a sua oposição à chamada «filosofia continental» (entenda-se, o continente europeu de modo geral, com exceção da Grã-Bretanha), é algo que decorre claramente do que anteriormente dissemos. Não obstante, alguns filósofos analíticos dos anos sessenta em diante, sobretudo na Europa de origem latina, conceberam critérios não só filosóficos, mas também *geográficos e culturais*, sem qualquer verdadeira base de sustentação, para a distinção entre os dois tipos de filosofia. A inexistência do ensino da lógica matemática contemporânea (herdeira de Frege, de Russell, de Carnap, Tarski e outros) nas Universidades europeias, continentais, durante várias décadas (desde a Primeira ao fim da Segunda Grande Guerra),⁽²³⁾ certamente contribuiu para a importância que teve até certa altura, incluindo em Portugal, o critério geográfico-cultural.⁽²⁴⁾

(22) Veja-se Quine, W. V. O., *Ontological Relativity and Other Essays*, New York: Columbia University Press, 1969, pp. 69-90. Trata-se do Russell da filosofia do atomismo lógico, que vai, grosso modo falando, de 1914 (altura da publicação de *Our Knowledge of the External World*) a 1924 (altura do seu último trabalho dedicado expressamente a uma tal filosofia). Veja-se, quanto à matéria em apreço, especialmente o trabalho de Russell intitulado «On Scientific Method in Philosophy» (1915), in Russell, B., *The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays: 1914-1919*, The Collected Papers of Bertrand Russell, London: George Allen & Unwin, vol. 7, pp. 55-73 (também em *Idem, Misticismo y Lógica*, trad. de J. R. Armengol, Madrid: Paidós, 1951, pp. 101-125 («El Método Científico en Flosofia»).

(23) Sobre a situação em França, por exemplo, veja-se o prefácio de J. Bouveresse a Rivenc, F., *Introduction à la logique*, Paris: Payot, 1989, pp. 11-21.

(24) Veja-se a nossa introdução a Ribeiro, H. (Ed.), *Actas do 1.º Encontro Nacional de Filosofia Analítica*, Coimbra: Unidade I&D Linguagem, Interpretação e Filosofia (FCT), 2003, pp. 7-11.

Quando aplicado estritamente, este critério levar-nos-ia a excluir do território analítico, desde logo, não só o positivismo lógico vienense e (por arrasto) os seus prolongamentos inglês e americano, mas também *figuras maiores de supostos fundadores do movimento analítico, como é o caso de Frege e, bem vistas as coisas, do próprio Wittgenstein.*⁽²⁵⁾ (Por isso, ele veio a ser praticamente abandonado pela historiografia analítica a partir de certa altura.) Na realidade, o que aconteceu com a entronização do critério geográfico foi que os seguidores da filosofia analítica no continente europeu (não anglófono), depois da Segunda Grande Guerra e dado o panorama do ensino da lógica a que acima aludimos, tiveram necessidade de para ele apelar em ordem a procurar justificar o domínio institucional do ensino da filosofia, de modo geral, nas Universidades dos respectivos países.⁽²⁶⁾ (E. Gellner, nos anos cinquenta, tinha já apresentado esta teoria, do ponto de vista da sua própria sociologia, a respeito da filosofia inglesa da linguagem corrente.)⁽²⁷⁾ E isso, de facto, veio a acontecer com alguns exageros, propiciados, sem dúvida, pelo fenómeno de uma globalização crescente a todos os níveis.

Seja como for, como mais acima observámos, na sequência de um amplo movimento historiográfico sobre as origens e fundações da filosofia analítica, feito no próprio âmbito desta sobretudo a partir da década de oitenta do século passado, veio a concluir-se, no fim de contas, que nada de verdadeiramente essencial, filosoficamente falando, a distinguiu da chamada «filosofia continental». Proto-histórias da filosofia analítica, como a de Dummett nos anos setenta, que atribuíam a Frege a fundação da mesma, relegavam Russell e o positivismo lógico vienense para um lugar

(25) No caso de Wittgenstein, as conexões culturais vienenses são particularmente importantes, como se mostra no conhecido trabalho de Janik, A. e Toulmin, S., *Wittgenstein's Vienna*, New York: Simon and Schuster, 1973.

(26) Sobre o assunto, no que diz respeito à filosofia inglesa da linguagem corrente, veja-se Rée, J., «La philosophie anglaise des années cinquante», in Vienne, Jean-Michel, *op. cit.*, pp. 17-59

(27) Veja-se Gellner E., *Words and Things: A Critical Account of Linguistic Philosophy, and a Study in Ideology*, with and Introduction by Bertrand Russell, Suffolk (United Kingdom): Victor Gollancz, 1959.

secundário (no caso, para o campo de uma filosofia da análise espúria e contaminada pelo vírus da filosofia continental, quer dizer, pela epistemologia) e minorizavam a importância da filosofia inglesa da linguagem corrente, anunciavam já, na prática, esse resultado fundamental, porque a oposição à filosofia continental (destronado que foi o critério geográfico-cultural) passava a estar inteiramente relativizada, aparecendo como *uma questão interna da própria filosofia analítica*. A questão de Dummett recorde-se, consistia em saber *em que medida era possível conceber uma fundação da filosofia analítica independentemente dos pressupostos epistemológicos e metafísicos que levaram Descartes à fundação da filosofia moderna* e, em última análise, considerando o impacto desta através de Kant, de grande parte da própria filosofia contemporânea.⁽²⁸⁾ *Em que medida, pois, tinha a filosofia analítica verdadeiramente derrubado a matriz cartesiana-kantiana que estava na base da filosofia continental?* A uma tal questão tinha Rorty já, no seu primeiro livro (no final dos anos sessenta), dado uma resposta pessimista, defendendo que as várias vertentes da filosofia analítica, ao tempo, continuavam funestamente a prosseguir o cartesianismo por outra via, em particular, o mito de uma distinção de princípio entre filosofia e ciência, e a ilusão de transformar a primeira numa actividade do género da segunda,⁽²⁹⁾ e sugerindo que a superação das dificuldades inextrincáveis a que tal situação conduzia passava por concluir, muito plausivelmente, na esteira da filosofia continental mais recente de maneira geral (em particular, a filosofia de Heidegger e a hermenêutica de Gadamer), que a própria

(28) «The most far-reaching part of Descartes's revolution was to make epistemology the most basic sector of the whole of philosophy: the whole subject had to start from the question, 'What do we know, and how?' It is this orientation which makes post-Cartesian philosophy so different from that of the scholastics, for whom epistemology, in so far as they considered it at all, was no more than a sidestream.» (Dummett, M., *op. cit.*, p. xxxiii)

(29) Rorty afirma neste sentido: «(...) But it was equally natural for [analytic] philosophers to resist abandoning the hope that their discipline could be a science, an activity in which the principal criterion of success is simple accurate description of the facts. Ever since Plato invented the subject, philosophy as been in a state of tension produced by the pull of the arts one on side and the pull of the sciences on the other. The linguistic turn has not lessened this tension, although it has enabled us to be considerably more self-conscious about it.» (Rorty, R., *op. cit.*, p. 38)

filosofia, no sentido tradicional do conceito, quer dizer, como disciplina a quem competiria produzir e justificar conhecimento de uma ordem superior, tinha chegado ao fim.⁽³⁰⁾ É uma tese que o mesmo autor desenvolverá posteriormente, de forma brilhante, num dos seus mais importantes trabalhos, intitulado *A Filosofia e o Espelho da Natureza*.⁽³¹⁾

A tese, que importa sublinhar, é basicamente esta, pois: considerando que o projecto constitucional da filosofia analítica, desde os primórdios da respectiva fundação (com Frege sobretudo, mas também, em certa medida, com Russell e seus continuadores), e, concomitantemente, a sua oposição de princípio à filosofia continental, assentavam na tentativa de evacuação da metafísica e, em especial, da epistemologia, e que um tal projecto, um século decorrido, conduziu precisamente ao resultado contrário, quer dizer, a uma situação muito similar à desta última filosofia, *é a própria ideia de «filosofia analítica» e, com ela, a referida oposição, que deixam de fazer sentido em última instância, pelo menos, do ponto de vista trabalho filosófico*.⁽³²⁾

Que a filosofia analítica compartilhasse inesperadamente dos pressupostos e problemas da continental e, finalmente, acabasse por se identificar com ela no essencial, é uma conclusão que foi tirada de forma geral pela historiografia mais recente do movimento analítico desde o princípio do século passado até aos finais dos anos trinta, com especial incidência no positivismo lógico, na sequência das posições na matéria de algumas das figuras maiores da própria filosofia analítica contemporânea. (O livro de A. Coffa, *A Tradição Semântica de Kant a Carnap: Até à Estação de Viena, é um exemplo notável dessa historiografia*.)⁽³³⁾ Quine, quando o positivismo estava num dos seus

(30) Veja-se *Idem, ibidem*, p. 34.

(31) Rorty, R., *Philosophy and the Mirror of Nature*, Princeton: Princeton University Press, 1979. Versão portuguesa: *Idem, A Filosofia e o Espelho da Natureza*, trad. J. Pires, Lisboa: Dom Quixote, 1988.

(32) Rorty, como se sugeriu, desenvolve amplamente esta tese no trabalho mencionado. Veja-se *Idem, ibidem*, cap. VI, pp. 203-243. Não admirará, depois do que fica dito, que Rorty nunca tenha sido verdadeiramente apreciado, do ponto de vista intelectual, pelos «filósofos profissionais», em particular nos Estados Unidos da América.

(33) Veja-se Coffa, A., *The Semantic Tradition from Kant to Carnap: To the Vienna Station*, Cambridge: Cambridge University Press/L. Wessels, 1995. A «tradição semântica», para o autor, é

picos de glória nos Estados Unidos da América, foi o primeiro a observar que, subjacente à conhecida distinção positivista entre as proposições analíticas e as sintéticas e à respectiva abordagem, estava na realidade o mesmo problema com que Kant se tinha confrontado na *Crítica da Razão Pura*, no século XVIII, sem que os positivistas tenham conseguido resolvê-lo e, sobretudo, sem que tenham conseguido compreender que *a verdadeira cruz de um tal problema consistia precisamente na superação do fundacionalismo próprio da matriz cartesiana-kantiana que o tinha inspirado*.⁽³⁴⁾ Era já esse fundacionalismo que estava no cerne da conhecida disputa vienense, em meados dos anos trinta, a respeito do estatuto dos enunciados protocolares, a qual dividiu em lados opostos as figuras mais proeminentes do «Círculo» (Carnap e Neurath especialmente).⁽³⁵⁾ O que o caracterizava, no fundo, era o pressuposto epistemológico, cartesiano-kantiano, segundo o qual a ciência constitui um quadro neutral de representação de toda a objectividade possível, na perspectiva do qual se há-de delimitar o que pode constituir

a tradição do debate filosófico pós-kantiano sobre a distinção entre o analítico e o sintético, e a possibilidade do sintético *a priori*; é uma tradição que, de Bolzano e Brentano ao positivismo lógico vienense, passando por Frege, Russell e algumas investigações em matéria de filosofia da ciência (H. v. Helmholtz, H. Poincaré e P. Duhem, por exemplo) e da fundação da matemática (D. Hilbert e I. Brower, nomeadamente), não aceita a solução de Kant para esse problema e está interessada em resolvê-lo ela mesma num quadro semântico ou tendencialmente semântico. Mas as conclusões do próprio Coffa a respeito dessa resolução, que antecipa desde a introdução ao livro, são basicamente pessimistas, como as de Rorty (de que nos ocupámos mais acima): para ele, o empirismo dos positivistas (entenda-se, o interesse epistemológico das respectivas concepções) é hostil à significação, senão mesmo «tem horror à significação»; incapazes de tratar o problema da significação de acordo com as suas premissas empiristas, os positivistas adoptaram finalmente o idealismo, «ficando sem a significação» (*Idem, ibidem*, p. 3). — **Noutro** lado (Ribeiro, H., «The Present Relevance of Bertrand Russell's Criticism of Logical Positivism», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo 55, 4, pp. 427-458), defendemos que a historiografia a que nos referimos começa, de facto, com os trabalhos de R. Haller. Em especial, Haller, R., *Studien zu Österreichischen Philosophie*, Amsterdam: Rodopi, 1979; e *Idem, Fragen zu Wittgenstein und Aufsätze zu Österreichischen Philosophie*, Amsterdam: Rodopi, 1986. Entre outros autores, mais recentes, onde se pode encontrar uma vasta bibliografia, veja-se Giere, R., & Richardson, A. (Ed.s), *Origins of Logical Empiricism*, Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996; e Friedman, M., *Reconsidering Logical Positivism*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

⁽³⁴⁾ Veja-se, neste sentido, a última secção de «Two Dogmas of Empiricism», in Quine, W. V. O., *op. cit.*, pp. 42-46.

⁽³⁵⁾ Veja-se, neste sentido, o conjunto de ensaios reunidos em Sebestik, J, e Soulez, A. (Ed.s), *Le Cercle de Vienne: Doctrines et controverses*, Paris: Klincksieck, 1986.

ou não conhecimento e, sobretudo, o estatuto da própria filosofia.⁽³⁶⁾ De onde, a tentativa positivista de encontrar no mundo a necessária referência para esses enunciados a que aludi, reabilitando, sem disso se ter consciência, o «sintético *a priori*» Kantiano, e a linguagem dos «dados dos sentidos» e outros artefactos epistemológicos próprios da filosofia tradicional, que era suposto terem sido completamente abandonados.

Nota final: depois da «filosofia analítica»

Procurei apresentar e justificar a tese de que a filosofia analítica, como modo essencialmente distinto do pensamento filosófico, e particularmente do continental, não faz mais sentido hoje em dia. Só aparentemente, repito-o mais uma vez, é uma tese surpreendente ou provocadora. Furneci basicamente dois argumentos, que se me afiguram poderosos e pertinentes e estão estreitamente interligados: o de que o conceito ele mesmo é um *constructo* histórico-filosófico situado no tempo e, como tal, *susceptível de revisão e reformulação*, as quais, justamente, foram feitas ao longo da história da filosofia analítica e, por razões que explicitarei com o detalhe possível, nos compete a nós fazer, de forma decisiva, na actualidade; e, mais fundamentalmente, o de que, no âmbito da própria filosofia analítica mais recente, no caso, da respectiva historiografia, se chegou, de forma reiterada, sólida e documentada, a essa tese que enunciei. Certamente, não somos hoje em dia obrigados a tirar conclusões meta-históricas e meta-filosóficas da referida tese, como as de Rorty, e, em particular, a de que o fim da filosofia analítica, historicamente compreendido, faz parte do fim da própria

(36) Veja-se Friedman, M., «Philosophy and the Exact Sciences: Logical Positivism as a Case Study», in Earman, J. (Ed.), *Inference, Explanation, and Other Frustrations: Essays in the Philosophy of Science*, Berkeley/Los Angeles/Oxford: The University of California Press, 1992, pp. 84-98.

filosofia ocidental de maneira geral. Tal dedução é uma matéria da reflexão filosófica propriamente dita, não da historiografia em si mesma. Seja como for, sendo certo que, do ponto de vista desta última, não podemos prescindir de utilizar o conceito de «filosofia analítica» como instrumento, a verdade é que, como mostrei sucintamente, ele está longe de ser neutral e inofensivo. Para ser mais preciso, foi com frequência utilizado num sentido ideológico, do ponto de vista cultural e institucional, que importa dissociar de forma clara, tanto quanto possível, do verdadeiro trabalho filosófico. Quanto a este, estou convicto, muito modestamente, que pode passar sem ele de maneira geral.

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2007

